

**Instituto de Geociências
Departamento de Geologia**

Dados de identificação

Disciplina: LEGISLAÇÃO E POLÍTICA MINERAL			
Período Letivo: 2021/1			
Professor Responsável: Everton Marques Bongiolo			
Sigla: GEO02014	Créditos:3		
Carga Horária: 45h	CH Autônoma: 2h	CH Coletiva: 41h	CH Individual: 2h

Súmula

Evolução do direito mineral. Competência da União para estabelecer as normas gerais sobre o setor mineral. Constituição atual e anteriores acerca das atividades relacionadas com o meio ambiente com ênfase nas atividades do setor mineral. Competência para legislar sobre mineração e legislação de controle de poluição. Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) na mineração. Legislação ambiental: impedimentos e/ou restrições da exploração mineral. Princípio da precaução e do desenvolvimento sustentado aplicados na relação entre DNPM e empresas mineradoras. Exploração mineral e deveres ambientais. Licenciamento ambiental e autorização de pesquisa. Licenciamento ambiental e exploração mineral.

Currículos

Currículos	Etapa	Pré-Requisitos	Natureza
GEOLOGIA		(GEO02209) GEOLOGIA ECONÔMICA I	Eletiva

Objetivos

Relacionar os aspectos legais da atividade geológica com a ética do exercício profissional e o desenvolvimento sustentado do país.

Conteúdo Programático

Semana	Título	Conteúdo
1 a 2	Unidade 1	Evolução do direito mineral; O setor mineral na constituição federal atual e anteriores. Princípios do direito mineral; Competências Constitucionais que regem o setor mineral nas esferas federais e estaduais.
3 a 4	Unidade 2	Bens Minerais da União. A CF/88 e a vedação de exploração mineral: princípios; doutrina; órgãos fiscalizadores.

5 a 6	Unidade 3	Análise do Código mineral, da legislação complementar e da jurisprudência sumulada.
7 a 8	Unidade 4	Relações entre o DNPM, as empresas de mineração e os geólogos; competência comum de registro, acompanhamento e fiscalização.
9	Unidade 5	Crime e exploração mineral: conceituação, doutrina, sanções penais e administrativas.
10	Unidade 6	O direito ao meio ambiente e os direitos humanos: o meio ambiente e o consumo mineral; princípio do poluidor-pagador; a ética no exercício profissional.
11	Unidade 7	Impactos ambientais e a mineração: licenciamento ambiental e licença administrativa: discricionariedade e restrições; procedimentos administrativos; etapas do licenciamento; EIA-RIMA; Lavra.
12	Unidade 8	Legislação ambiental: restrições e impedimentos; dever de recuperar o meio-ambiente degradado pela exploração mineral.
13	Unidade 9	Requerimento de licenciamento de pesquisa mineral.
14	Seminários	Apresentação de seminários
15	Prova teórica	Abrange todos os pontos estudados desde a unidade 1 até a unidade 9.
16	Divulgação dos resultados	Discussão das questões da prova final, divulgação dos resultados e revisão.
17	Recuperação	Prova de recuperação dos conteúdos estudados.

Metodologia

- Aulas teóricas com a exposição dos principais tópicos de cada conteúdo na forma Síncrona, via plataforma de videoconferência Microsoft Teams e/ou Google Meet no horário da disciplina;

- Estudo dirigido em grupo e individual na forma Assíncrona, com material de apoio (textos) e exercícios disponibilizados no Moodle, sendo seus links de acesso comunicados aos alunos;
- Consulta Assíncrona extra-classe de artigos relacionados com os conteúdos discutidos em aula disponibilizados no Moodle, sendo seus links de acesso comunicados aos alunos;
- Palestra(s) técnica(s) proferida por profissionais do DNPM, FEPAM e/ou outros órgãos estatais na forma Síncrona, via Microsoft Teams ou Google Meet.

Informações sobre Direitos Autorais e de Imagem:

Todos os materiais disponibilizados são exclusivamente para fins didáticos, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade, sob as penas legais.

Todos os materiais de terceiros que venham a ser utilizados devem ser referenciados, indicando a autoria, sob pena de plágio.

A liberdade de escolha de exposição da imagem e da voz não isenta o aluno de realizar as atividades originalmente propostas ou alternativas;

Todas as gravações de atividades síncronas devem ser previamente informadas por parte dos professores.

Somente poderão ser gravadas pelos alunos as atividades síncronas propostas mediante concordância prévia dos professores e colegas, sob as penas legais.

É proibido disponibilizar, por quaisquer meios digitais ou físicos, os dados, a imagem e a voz de colegas e do professor, sem autorização específica para a finalidade pretendida.

Os materiais disponibilizados no ambiente virtual possuem licença de uso e distribuição específica, sendo vedada a distribuição do material cuja a licença não permita ou sem a autorização prévia dos professores para o material de sua autoria.

Carga Horária

Teórica: 30 horas

Prática: 15 horas

Experiências de Aprendizagem

- participação em aula;
- consulta a legislação mineral e sites dos principais órgãos estatais relacionados com o setor mineral, por exemplo: Ministério de Minas e Energia, DNPM, FEPAM, MMA, etc.
- participação na(s) palestra(s) técnica(s) online de órgãos estatais relacionados com o setor mineral;
- prova teórica;
- trabalho prático/seminário de requerimento de licenciamento de pesquisa mineral.

Critérios de Avaliação

Será avaliado:

- 1) participação em aula;
- 2) participação em palestra(s) técnica(s) online proferidas por profissionais de órgãos estatais relacionados com a geologia: DNPM, FEPAM, etc.
- 3) exercícios de aula: questionários, trabalho dirigido e apresentação oral de trabalho prático/seminário;
- 4) prova teórica de conhecimentos individual dos conteúdos estudados.

O conceito final será atribuído pela média aritmética dos conceitos obtidos nas avaliações parciais.

A avaliação em regime ERE será realizada de forma assíncrona e síncrona. As assíncronas serão avaliadas através de relatórios de exercícios práticos que serão disponibilizadas em repositório digital do Moodle, sendo que seus links de acesso serão comunicados aos alunos. As síncronas serão compostas por apresentação de prova, requerimento de pesquisa mineral, prova de recuperação (ambas na forma oral) e participação em palestra com órgãos

estatais via as plataformas de videoconferência Microsoft Teams ou Google Meet no horário da disciplina. Todas as avaliações terão pesos iguais no conceito final. A estratégia de acompanhamento do engajamento e participação nas atividades assíncronas propostas será pela entrega de trabalhos disponibilizados no Moodle e a qualidade dos mesmos. Para as atividades síncronas será usado o critério de participação efetiva nas atividades e a qualidade dos trabalhos apresentados e da resolução da prova final e de recuperação. Será utilizada a Sala de Aula Virtual para troca de mensagem com os alunos. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional utilizado será o Moodle, e as plataformas de webconferência serão o Microsoft Teams e/ou o Google Meet.

De acordo com a Resolução do CEPE sobre o ERE, durante o período em que perdurar o ERE, fica inaplicável a atribuição de conceito FF, prevista no §2º, do Art. 44, da Resolução nº 11/2013 do CEPE.

Para os estudantes matriculados até o final do período e que deixaram de participar da Atividade de Ensino, deverá ser atribuído o registro NI (Não Informado) no campo de conceito do sistema acadêmico.

Para os casos previstos no §1º, a justificativa do registro NI deverá conter a referência ao período de excepcionalidade.

Os casos de não informação de conceito durante o ERE, deverão ser resolvidos até o fim do segundo período letivo, após o fim da situação emergencial de saúde.

Atividades de Recuperação Previstas

As atividades de recuperação previstas são:

1) prova teórica (síncrona, via Moodle e acompanhada no Microsoft Teams ou Google Meet) de conhecimento dos conteúdos estudados no semestre letivo.

Prazo para Divulgação dos Resultados das Avaliações

Uma semana após as avaliações.

Bibliografia

A Bibliografia Básica Essencial deve estar disponível de forma digital.

Básica Essencial
Agência Nacional de Mineração. http://www.anm.gov.br/
Aguiar, P.R.M. Código de Mineração e Legislação Correlata. 2ª Ed., Senado Federal, 1967. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496300/000961769.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS. http://www.fepam.rs.gov.br/

Básica
Ataíde, P. Direito Minerário. 3ª Edição, Editora Juspodivm, 2020. ISBN: 978-85-442-3530-0.
Feigelson, B. Curso de Direito Minerário. 3ª Edição, Saraiva, 2018. ISBN: 9788502180567. Disponível online no Sistema de Bibliotecas da UFRGS (ENG / DIR).

Complementar

Outras Referências

Não existem outras referências para este plano de ensino

Observações

A bibliografia será complementada por artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais disponíveis no portal da CAPES, assim como artigos de jornais, revistas e internet cujos arquivos ou links são disponibilizados pelo professor.